

## A PAISAGEM URBANA DAS PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: AS ESCALAS DECISÓRIAS E O LOCAL

Public policies and the urban landscape of the small cities of the Amazon river delta: the decision making scales and the local.

Políticas públicas y paisajes urbanos de pequeñas ciudades del delta del río Amazonas: en la escala decisoria y de la localidad.

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia  
Universidade do Vale do Paraíba  
[milaremontoia@hotmail.com](mailto:milaremontoia@hotmail.com)

Sandra Maria Fonseca da Costa  
Universidade do Vale do Paraíba  
[sandra@univap.br](mailto:sandra@univap.br)

Jobair Assis Rangel  
Universidade do Vale do Paraíba  
[jobairrangel@terra.com.br](mailto:jobairrangel@terra.com.br)

### Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma avaliação da relação entre políticas públicas territoriais e seus reflexos na paisagem das pequenas cidades do Delta do Rio Amazônia, a partir de um estudo comparativo das cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá. A partir da avaliação de variáveis de infraestrutura (acesso à água, esgoto e energia elétrica) e serviços públicos, dentro de um enquadramento paisagístico, observou-se que as políticas públicas presentes neste aspecto visível possibilitam a apreensão de obstáculos ou possibilidades, na negação ou não, das realidades peculiares dessas pequenas cidades. A existência de obras atrasadas, obras que destoam da realidade e da necessidade local e de serviços básicos ausentes, essas ações, estabelecidas a partir de marcos regulatório pensado no urbano metropolitano, contribuem para aumentar a dificuldade de melhoria da qualidade de vida da população. Ainda assim, essas políticas são produtoras do espaço vivido nessas pequenas cidades que buscam, nesta urbanidade, as suas (dessa população) esperanças.

**Palavras-chave:** paisagem, pequenas cidades, cidades ribeirinhas, Delta do rio Amazonas.

### Abstract

This article aims to present an evaluation about the relationship between territorial public policies and their impact on the landscape of the small cities of the Amazon River Delta, based on a comparative study of the cities of Afuá and Ponta de Pedras, locate in the state of Pará, and Mazagão, in the state of Amapá. It was

observed that the public policies present in the visible aspect allow the apprehension of obstacles or possibilities, in the denial or not, of the peculiar realities of these small cities, from the analysis of infrastructure variables (access to water, sewage and electricity) and public services, based on a landscape framework. The existence of backlogs, works that are in disarray of the reality and local need and absent of basic services, these actions, established from regulatory frameworks of metropolitan areas, contribute to increase the difficulty of improving the quality of life of the population. Even so, these policies are producers of the space lived in these small cities that seek, in this urbanity, the residents hopes.

**Keywords:** landscape, small cities, riverside towns, Amazon river Delta.

### **Resumen:**

El objetivo del presente artículo es evaluar la relación entre políticas públicas territoriales y sus efectos en las pequeñas ciudades del Delta del Rio Amazonas. Esto fue realizado a partir de un estudio comparativo de las ciudades de Afuá e Ponta de Pedras, en el estado de Pará e Mazagão, en el estado Amapá. Al evaluar variables sobre infraestructura (acceso a agua, redes de aguas negras e energía eléctrica) y servicios, desde un enfoque paisajístico, se observó que las políticas públicas posibilitan o obstaculizan las peculiaridades de estas pequeñas ciudades. La existencia de obras atrasadas y de servicios básicos ausentes, establecidas a partir de marcos regulatorios destinados a áreas metropolitanas, impactan en el incremento de la calidad de vida de la población de estas localidades. A pesar de esto, políticas así son productoras del espacio vivido en estas pequeñas ciudades que buscan, bajo un concepto propio de urbanidad, la esperanza de sus pobladores.

**Palabras claves:** Paisaje, pequeñas ciudades, ciudades ribereñas, Delta del rio Amazonas

### **Introdução**

As pequenas cidades da Amazônia, com padrão ribeirinho orientado, cuja entrada e saída vão de encontro aos rios, permeiam a análise deste artigo por meio de um enquadramento geográfico que busca analisar as políticas públicas impressas em sua paisagem e que revelam parte de sua realidade local, com suas deficiências e peculiaridades.

Estas cidades são produto histórico das mais diferentes épocas: ocupação colonial, ascensão e declínio da borracha e programas federais de indução pós 1950. Esse processo histórico de produção urbana configurou uma parte significativa de sua identidade relacional. Nesse aspecto, essas pequenas cidades guardam peculiaridades culturais, históricas e econômicas que se tornam elementos definidores da paisagem.

Com o intuito de avaliar estas cidades dentro do contexto de ações políticas territoriais, este artigo propõe uma discussão conceitual de quadros geográficos (Gomes, 2017), utilizando as discussões conceituais de autores que discutem a teoria clássica sobre paisagem (Santos, 2013, 2014a, 2014b; Souza, 2013). Assim, esse artigo tem como objetivo avaliar a relação entre políticas públicas territoriais e seus reflexos na paisagem das pequenas cidades do Delta do Rio Amazônia, a partir de um estudo comparativo das cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão, no estado do Amapá.

Pretende-se, com essa discussão, contribuir com a produção acadêmica de uma geografia urbana das pequenas cidades da Amazônia, como área de estudo e objeto empírico de observação e análise da realidade urbana, distante daquela encontrada nas produções sobre o perfil urbano metropolitano.

Utilizando-se de observações, obtidas em trabalho de campo, realizado na área de estudo, desde o ano de 2009, essa pesquisa exploratória, que utilizou o método qualitativo, se baseou em entrevistas realizadas com representantes do poder público local e sociedade civil, entre janeiro de 2017 e janeiro de 2018, dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Assim, esse artigo é um ensaio das multiformes e coloridas realidades das pequenas cidades do estuário do Amazonas.

### **Quadros Geográficos: o espaço-paisagem**

O geógrafo Paulo César da Costa Gomes, em sua obra *Quadros Geográficos* (GOMES, 2017) elabora uma discussão sobre pensar a respeito dos lugares a partir de um quadro ou quadro geográfico. Segundo o autor, o quadro seria uma compreensão de que existe um contínuo jogo de transformações e permanências em uma dada localização que se estrutura e reestrutura e que permite um material para a reflexão da própria Geografia, como uma maneira de ver e de pensar.

Pensar em quadro é buscar explicação sobre os sistemas de lugares, é compreender a Geografia como um “campo de estudos que interpreta as razões pelas quais as coisas diversas estão situadas em posições diferentes ou porque as situações espaciais diversas podem explicar qualidades diferentes de objetos, coisas, pessoas e fenômenos” (GOMES, 2017, p. 20).

Assim, nesse artigo se admite que em uma determinada localização, e neste caso, nas pequenas cidades da Amazônia, existem objetos, formas construídas que, apesar de algumas se assemelharem a outras localizações no Brasil, tem especificidades próprias. Essa afirmativa demanda, então, um elemento explicativo para esta realidade, defendida por alguns autores como uma realidade peculiar (TRINDADE JÚNIOR et al, 2008; NUNES, 2008; OLIVEIRA, 2016).

Não se propõe discutir gênero de vida, nem se ater aos elementos da natureza e suas relações (por exemplo, a *Naturgemalde*, uma imagem explorada na obra de Humboldt, em 1805), mas entender que a ação humana é capaz de produzir uma paisagem, um meio ambiente construído. Ao observar esse ambiente como um quadro, pode-se muito encontrar conexões de localização, multiplicidade de possibilidades de análise que estão expressas em uma determinada paisagem cultural, que, apesar de ser um recorte da realidade, obriga a considerar as coisas presentes como um conjunto, não como elementos isolados (GOMES, 2017).

Como afirma o Gomes,

A eficácia desse instrumento talvez advenha do fato de o termo *quadro* nos obrigar a considerar coisas em conjunto. É preciso também que aquilo reunido dentro do mesmo enquadramento tenha um equivalente

marco referencial, compartilhe um mesmo universo de significação ou, em uma palavra, componha um sistema (GOMES, 2017, p. 94).

Gomes (2017, p. 37) afirma que o “pensar geográfico é o quadro” em uma imagem, um mapa, uma pintura – tipos reais, concretos, que compartilham qualidade como localização e diversidade reunidos em um enquadramento e por uma escala de representação proporcional. O cruzamento destas informações situadas em um mesmo plano apresenta uma síntese destas múltiplas relações formando, então, um sistema de informações geográficas, pois, está situado em um referencial locacional. Este sistema de informação geográfica tal como conhecemos hoje de base tecnológica tem em sua gênese esta apresentação feita por Humboldt da *Naturgemalde*, como defende o autor (GOMES, 2017, p. 42, 43).

Esse quadro, que conduz nossa análise como um sistema geográfico com variáveis múltiplas, pode ser apresentado de uma forma gráfica ou textual e é um ponto de vista quando mudamos as condições daquilo apresentado. Essa imagem descritiva, mais do que apresentar os elementos visuais de maneira exhaustiva é uma forma de pensar, pois, provoca o raciocínio, uma vez que torna coisas e relações visíveis (GOMES, 2017, p. 57). Assim,

Podemos, por isso, afirmar sem medo que construímos “quadros” para que eles nos deixem ver – não aquilo que já sabemos, mas aquilo justamente que nos é revelado pela análise das formas e das composições que se delineiam pelas infinitas escolhas que podemos proceder (GOMES, 2017, p. 57).

É uma importante reflexão do autor, que deixa para o leitor de sua obra a oportunidade de “preencher as eventuais lacunas deixadas nos assuntos” (GOMES, 2017, p. 13). Sua obra é um importante instrumento sobre o pensar geográfico, e que este artigo se propõe, em busca da construção de uma matriz conceitual, usar essa forma de ver e de pensar a Geografia no seu aspecto social, no que diz respeito a um quadro de análise.

Assim, na compreensão das pequenas cidades da Amazônia, a partir do espectro da paisagem construída, é possível estabelecer as relações das políticas públicas que se concretizam em suas paisagens, que possuem uma significação em comum, não apenas na ótica locacional, como da diversidade de coisas e ações que ficaram impressas em suas paisagens.

Apesar dos autores não dialogarem e apresentarem pensamentos diferentes nesta abordagem epistemológica (não necessariamente opostos), Milton Santos, por exemplo, não discute a ideia de um quadro geográfico, mas vai apresentar o conceito de paisagem em suas obras, amplamente utilizado por geógrafos. Muitas de suas obras dedicam-se em discutir o fazer geográfico, a epistemologia da ciência geográfica, na qual o espaço é o objeto chave, sendo a paisagem uma face deste, uma categoria analítica, como o território ou o lugar (SANTOS, 2013; 2014a; 2014b). Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, obra

de 1988, o autor vai discutir que paisagem é o que vemos, o que a nossa visão alcança, a dimensão da percepção, que chega aos sentidos, com objetos construídos em diferentes épocas.

(...) suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, 2014, p. 64).

Na obra publicada, em 1978, no Brasil, “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo”, o autor afirma que o espaço-paisagem diz respeito às “formas múltiplas de organização que resultam em outras tantas aparências concretas” (SANTOS, 2013, p. 75). Essa discussão está presente em “A Natureza do Espaço”, de 1996, em que o autor afirma que a paisagem são formas que, num dado momento, exprimem as heranças, um conjunto de objetos reais-concretos, transtemporal com a presença de objetos passados e presentes (SANTOS, 2014, p. 103, 104).

A paisagem não é o espaço, pois o espaço tem a vida que anima as formas, é um sistema de objetos e um sistema de ações, resultado da intrusão da sociedade nessas formas-objetos (SANTOS, 2014). Ainda assim, a paisagem tem um papel elementar nas análises geográficas uma vez que, sendo um “palimpsesto”, é um híbrido de ações passadas, de tempos diferentes, e que são um ponto de partida da formação daquele local (SANTOS, 2014). Portanto, é um quadro apresentado para análise, um ponto inicial para a compreensão do espaço humano que dá vida e sentido ao presente, pois, apesar de ser a materialidade de um instante e do espaço e conter o movimento da sociedade, estes dois se complementam e opõem-se, e, devido a isso, não podem ser excluídos de um dado real (SANTOS, 2014).

O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim (SANTOS, M, 2014, p.104).

Souza (2013) afirma que este conceito não é uma discussão consensual entre os intelectuais, especialmente os geógrafos, e que a paisagem

(...) é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou por ideologia, nos “sugere” (SOUZA, 2013, p. 46).

Souza (2013, p. 57) justifica a importância do conceito de paisagem como um potencial meio para a pesquisa sócio-espacial, pois a paisagem cotidiana pode condicionar a forma como nos socializamos ao apreender a realidade de maneira alienada ou inalienada.

De um ponto de vista socialmente crítico, James e Nancy Ducan complementarizam a argumentação em torno esse tipo de ressalva, décadas mais tarde, por meio de uma forte e sintética frase: “há custos humanos profundamente embebidos na paisagem que são invisíveis aos olhos” (DUCAN e DUCAN, apud SOUZA, 2013, p.48).

Desta maneira, considera-se neste artigo, a análise da paisagem de uma cidade, ou de cidades, por seu quadro descritivo que possibilite a compreensão de suas variadas relações, para conhecer a história contada por meio das formas do passado que guardam vários tempos históricos, mesmo com alteração de sentido, afim de permitir uma reflexão como um “quadro pintado”, como ponto de partida para o entendimento do espaço social, isto é, para as relações que dão vida às formas, que são as formas-conteúdo. Um quadro é mais que uma paisagem, é a análise desse espectro visual, dessa configuração espacial que permite elaborar as relações sociais que lhe deram origem e que podem, no olhar mais profundo, comportar a observação dentro daquela paisagem das peças que realizaram sua composição e as mãos que lhe deram vida.

Presume-se, então, que o “quadro” é espaço-paisagem, não apenas a paisagem sem a vida que a anima como Santos outrora afirmou (SANTOS, 2014, p.109), pois, a ideia de pensar a partir da paisagem, leva a observar os conteúdos, os valores daquilo que vemos e que antes parecia nada haver de admirável (GOMES, 2017, p. 134), mas que, agora, ganha valor de análise científica, como se pretende.

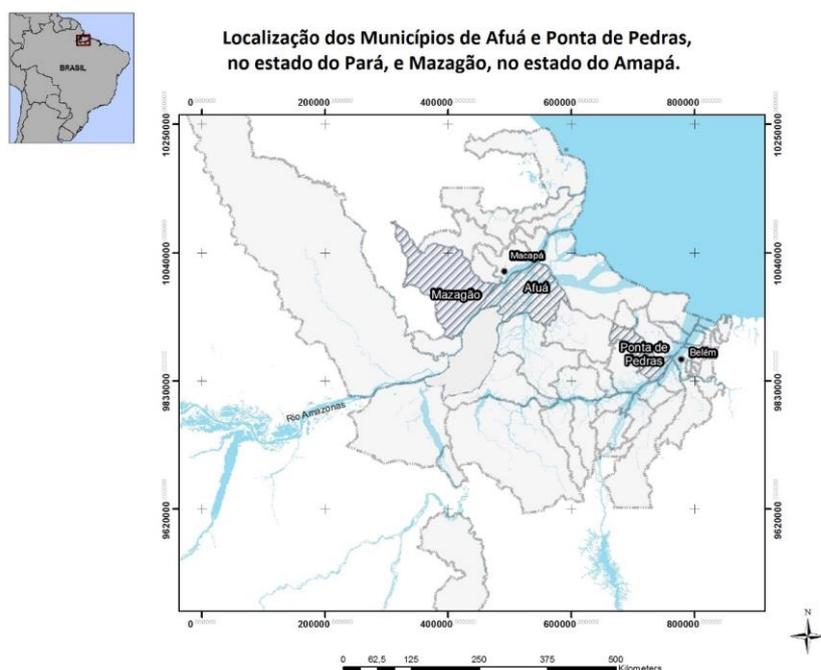
Quais custos humanos, em uma paisagem, são invisíveis aos olhos? Quanta produção espacial resultou em exclusão social, expansão da periferia carente de infraestrutura, especulação imobiliária, favorecimento de grupos econômicos que hoje estão registradas nestas paisagens e não são percebidas? Sendo a paisagem aquilo que a nossa vista alcança, o que, em um olhar mais profundo pode-se perceber? Quais são os detalhes invisíveis?

A constante ressignificação dos objetos de uma paisagem, isto é, aquilo que se pode identificar, visualmente, e as resistências, que permanecem em seu sentido, são as reflexões teóricas e empíricas deste artigo ao compor um quadro paisagístico deste espaço-paisagem, o espaço que dá movimento. Assim, esse artigo tem como objetivo discutir a paisagem das pequenas cidades ribeirinhas do Estuário do Rio Amazonas, para refletir sobre as resistências espaciais que contribuem para a compreensão desse espaço urbano tão simples, mas, ou mesmo tempo, repleto de complexidades.

**“Pintando o quadro”: as pequenas cidades ribeirinhas do estuário do Rio Amazonas**

Este artigo aborda as pequenas cidades do estuário do Rio Amazonas, em particular, as cidades de Afuá e Ponta de Pedras, localizadas no estado do Pará e Mazagão, pertencente ao estado do Amapá (figura 1).

Cada cidade guarda a sua peculiaridade e suas semelhanças entre si. São cidades ribeirinhas, cidades que apresentam aspectos rurais e urbanos, população com elos familiares às áreas rurais (comunidades ribeirinhas, áreas afastadas dos pequenos centros urbanos, uma, duas ou mais horas de “voadeira”, que a população local identifica como “interior”) e ruas e traçados urbanos ligados ao rio, pois é ponto de chegada e saída dessas cidades. A dinâmica destas cidades é condicionada pelo movimento das marés e o padrão de ocupação é rio/várzea/floresta (TRINDADE JR et al, 2008, p. 39, 40).



**Figura 1 – Localização municipal das cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.**

**Fonte :** Laboratório do Estudo das Cidades, 2017.

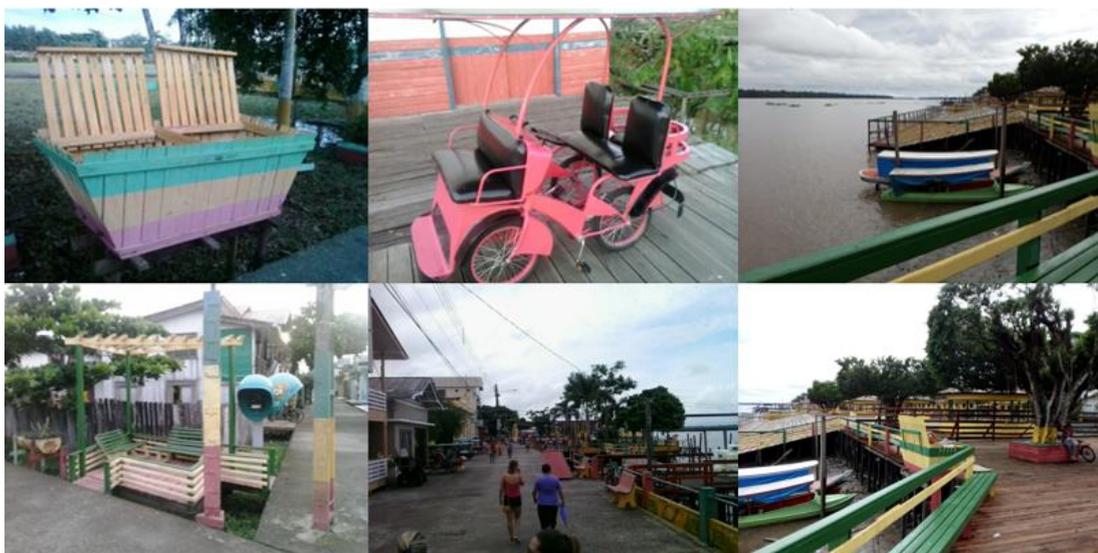
São cidades-rio em sua gênese (TRINDADE JR, 2011). A entrada destas cidades é o Rio Amazonas e seus afluentes, ou a conjunção de águas que compõem o seu Delta. Águas que nascem dos Andes e se intensificam pela região equatorial com sua intensa incidência solar e suas chuvas constantes. No caminho que se percorre até essas cidades, com a embarcação por duas, três horas, o verde exuberante da maior floresta equatorial do mundo, ombrófila, latifoliada, perenifólia em sua “vaidade” de um verde vivo, acompanha a maior parte do trajeto. E ali, no final deste percurso de entorno monumental, estão as pequenas cidades cheias de vida, que te “convidam” a entrar, contemplar e instigar o seu conhecimento.

A cidade de Afuá, localizada na porção norte da Ilha de Marajó, se originou, segundo documentos, de uma posse de terras, denominada Sítio Santo Antônio, por volta de 1845, e era ponto de passagem das embarcações, segundo o Estado do Pará (1916). Em 1870, sua proprietária, Micaela Arcanja Ferreira, doou suas terras para a formação de uma capela. O povoado se elevou à freguesia, em 1874 e, na República, foi

elevada à categoria de Vila, em 1890. Em 02 de maio de 1896, pela Lei estadual nº 403, fora elevada à categoria de cidade (ESTADO DO PARÁ, 1916).

Em um porto em Macapá, há embarcações disponíveis para se chegar a Afuá. Em, aproximadamente, duas horas chega-se à entrada da cidade, um trapiche com trabalhadores à espera dos viajantes e “bicitaxistas” locais. O bicitaxi é uma invenção do morador local, que se movimenta com pedaladas e tem capacidade para transportar pessoas e mercadorias. Afuá é uma cidade sobre pontes, com largura em torno de 3 a 5 metros. Construída sobre uma várzea, toda a cidade está elevada sobre estacas de madeira. O código de condutas da cidade proibiu o uso de transporte como carros e motocicletas, portanto, as bicicletas são parte da paisagem local, assim como o conhecido “bicitáxi”. A Lei Municipal nº 201/2002 GAB/PMA, Art. 82 (PMA, 2002, p.15) afirma: “Assiste ao Município, o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à população ou à via pública”.

A orla da cidade é composta por casas como sobrados, hotéis, comércios e bares, para a atração ao turista. O turismo é uma atividade significativa no local e o evento mais conhecido é o Festival do Camarão que ocorre no mês de julho. Existe uma área na orla da cidade, local onde ocorre a festividade, com barracas, local para palco, espaço aberto nominado “camaródromo”. A Igreja Católica constitui-se em um importante monumento na sua orla e marca a religiosidade local. A organização espacial está explícita na paisagem. Cidade bem cuidada, com prédios públicos com pintura recente, ou sempre retocados, cestos de lixo espalhados pela rua, alpendres nas esquinas, praça para shows e eventos locais, como atividades de condicionamento físico, ruas sempre com manutenção, limpeza pública e iluminação (figura 2). Uma característica interessante é a arborização das ruas, a existência de espaços de convivência (alpendres), em vários entroncamentos de ruas, o que cria um espaço aprazível ao transeunte, ao morador.



**Figura 2: Paisagens em Afuá: cesto de lixo, bicitáxi, alpendres, praia artificial de madeira, praça/camaródromo, orla e entrada da cidade**

**Fonte:** Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades, 2017

Por dentro de suas pontes, a continuidade de casas térreas com suas convidativas varandas, comércios locais como mercados, pizzaria, bar, loja de armarinhos, eletrônicos, açougue, entre tantas outras, além de prédios públicos como escolas, secretarias municipais, bancos, igrejas evangélicas, rádio local com seus alto-falantes nas esquinas anunciando notícias locais, músicas seculares e religiosas. Proximidade é uma marca visível neste quadro, considerando sua organização espacial compacta – característica importante nas consideradas cidades sustentáveis (SILVA NETO, 2010).

A cidade de Ponta de Pedras, PA, localizada a, aproximadamente, sessenta quilômetros da capital Belém, foi fundada em 1737, com o nome de Vila de Mangabeira e emancipado, como município, em 1877 (COSTA et al., 2012). O trapiche é o local de entrada. A entrada da cidade também oferece atração ao turista: um palco chamado Casa Caboquinha<sup>1</sup>, local de atrações na cidade, barracas de vendas de doces, salgados e bebidas. Uma praça, com a Igreja Matriz, rodeada de lojas de roupas, eletrônicos, alimentos e, nas proximidades, um banco, o mercado municipal e pousadas (Figura 3).

Na continuidade desta paisagem urbana encontram-se prédios elevados, destinados à atividade comercial, sobrados e o quase escalonamento de casas de madeira, muitas delas com pouca ou nenhuma manutenção e casas de alvenaria que propiciam menos reformas nestas constantes chuvas que afetam as madeiras. As casas de alvenaria, e as de madeira, são construídas, predominante, no sistema de autoconstrução.

Prédios públicos estão presentes na paisagem: o monumental Palácio da Prefeitura na avenida principal, um prédio do período da borracha com aspecto colonial, vizinho da câmara dos vereadores, um prédio mais moderno, e de frente a uma praça com coreto que tem a presença de um supermercado, a Secretaria de Obras e mototaxistas.

Muitas ruas são asfaltadas, muitas precariamente pavimentadas, há quadra de esportes municipal, cemitério do século XIX, rádio local, sindicato de pescadores, hospital municipal, e ruas surgem, por meio de aterros duvidosos, onde antes existiam pontes, em áreas de igarapés com casas de palafitas, agora aterradas. As ruas centrais são parcamente arborizadas, mas ao adentrar em áreas onde há, ou havia, pontes, percebe-se o açai como elemento da paisagem, compondo os quintais de muitas residências.

Na rodovia, em direção às praias, encontra-se posto de gasolina, matadouro, delegacia estadual de polícia, pista de pouso e dois bairros – relativamente distantes, de projetos do Minha Casa, Minha Vida sem ruas definidas, sem asfalto e calçamento. A cidade apresenta um desenho urbano espraiado, formando um padrão dendrítico, resultado de um crescimento urbano espontâneo que segue o meio físico, entremeado de igarapés, e sem normativas do poder público local para esse crescimento urbano (COSTA et al., 2012).

A história de Mazagão está diretamente relacionada à expansão política de Portugal na África e das lutas decorrentes da tentativa de dominação cristã sobre o islamismo naquele continente (RABELO et al., 2005). Mazagão é considerada o porto de entrada da raça negra no Estado do Amapá.

---

<sup>1</sup> Até aproximadamente o ano de 2016 havia um palco maior, chamado Casa cabocla. Esse palco devido a falta de manutenção foi deteriorando até se tornar impróprio para uso. Fora substituído em 2017 por um palco menor, o Casa Caboquinha.

São originários do Norte da África, na região da antiga Mauritània, no reino de Marrocos), colonizados pelos portugueses no século XVII, que pensavam em expandir seus domínios a partir da construção de Fortes. Esse povoado instalou-se às margens do rio Mutucá e sua sede municipal, mais tarde, foi transferida para a povoação de Vila Nova do Anauerapucu, com o nome de Mazaganópolis. Depois, passou a chamar-se Mazagão, ficando a antiga vila com a denominação de Mazagão Velho. Foi elevada à categoria de cidade em 1888 (RABELO, et al., 2005).



**Figura 3: Ponta de Pedras, estado do Pará**

**Fonte:** Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades, 2018.

Mazagão é uma cidade com expressões de grandeza. Mazagão Novo, antes com entrada pela orla fluvial, agora com a construção de uma ponte, tem entrada pela rodovia. A ponte Washington Elias dos Santos liga a cidade de Macapá à Mazagão. Trata-se de uma obra do PAC do Governo Federal, com 420 metros de extensão, 50 metros de largura e 15 metros de altura. Ela tem alterado significativamente a dinâmica da cidade devido o aumento no fluxo de carros, motos e caminhões, efetuando continuamente o deslocamento de pessoas e mercadorias.

A cidade de Mazagão possui ruas e avenidas largas e longas, com calçadas nem sempre cimentadas e poucas árvores pelo caminho. Sua paisagem dá a impressão de vazio: casas e comércios concentrados mais na avenida central e próximos à orla, sendo mais distantes das casas que estão nas ruas ao entorno (figura 4).

Ao chegar à localidade pela rodovia, casas de alvenaria e madeira, igrejas evangélicas, pequenos comércios e uma rodoviária compõem a paisagem de entrada. Nas ruas transversais encontram-se prédios públicos, como cartório, fórum, escola, casas e obras públicas inacabadas, como um posto de saúde do Programa de Aceleração do Crescimento.



**Figura 4: Paisagens do Urbano de Mazagão**

**Fonte:** Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades, 2017.

Os prédios públicos parecem obras faraônicas em relação às casas humildes de autoconstrução, na vizinhança, casas de madeira sem manutenção e terrenos vazios. O prédio novo da prefeitura assemelha-se a uma arquitetura árabe, na orla da cidade, ao lado do antigo prédio, deteriorado e em reforma, comércios locais, biblioteca municipal, praça e barracas de vendas de produtos em geral, do outro lado da calçada, adjacente ao rio. Uma cidade que guarda permanências ribeirinhas visíveis na paisagem.

Élisée Reclus, geógrafo social do século XIX, já afirmava que cada cidade tem sua identidade, contudo, são partes de um sistema. “As gerações que se sucederam deixaram-lhe seu caráter distintivo; ela constitui uma personalidade coletiva cuja impressão sobre o ser isolado é ruim ou boa, hostil ou benevolente. Mas a cidade também é uma personagem muito complexa” (RECLUS, 2015, p. 57).

As cidades, apresentadas nesse artigo, possuem populações ribeirinhas, com hábitos e cotidianos ligados ao rio e à floresta e, ao mesmo tempo, esses costumes se superpõem aos períodos áureos e de declínios de atividades econômicas, como também implantação de programas do Governo Federal, pós 1960, e a presença da coletividade no espaço vivido, também impressos nas permanências.

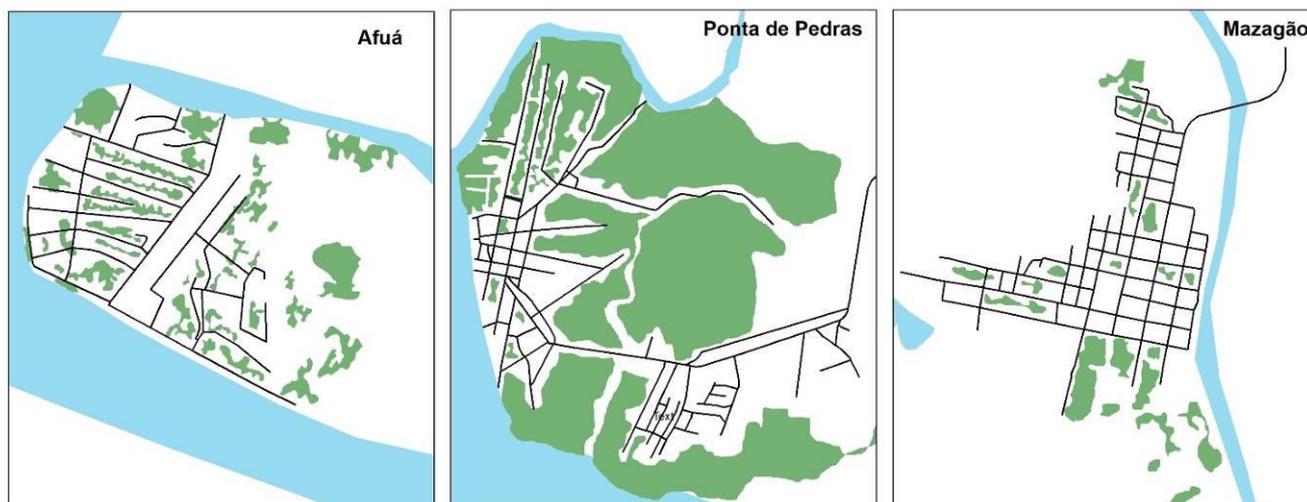
### **Situações espaciais: o visível e o invisível no urbano das Pequenas Cidades**

O que a paisagem revela? O que não revela? A compreensão do estudo destas cidades a partir deste conceito permite compreender fatores ligados às resistências, às transformações e às dificuldades locais – dificuldades estas que requerem analisar variáveis locais, regionais e nacionais. Um rápido olhar sobre o desenho dessas cidades revela situações muito interessantes. As descrições e percepções, apresentadas, em relação à arborização desses lugares, em função da presença, ou não de vegetação na área urbana, podem ser confrontadas com os croquis apresentados na figura 5. A elaboração desses croquis, utilizando as imagens

de satélite disponíveis no Google Earth, privilegiaram a existência de áreas verdes no interior dos arruamentos, ou ao longo das ruas.

A cidade de Afuá possui uma arborização que acompanha as ruas. Como é uma cidade compacta, a arborização cria um efeito de sombra e conforto térmico no interior da cidade. Na cidade de Ponta de Pedras, o centro, que é a área mais antiga de ocupação, há pouca arborização; entretanto, nas áreas mais distantes do centro, a floresta predomina, principalmente, com a existência de açaizeiros, não somente nos quintais, mas também ao longo das ruas. Por sua vez, a cidade de Mazagão possui uma arborização pobre, principalmente na área central, o que nos conduz a uma sensação de calor mais elevada do que se percebe nas outras cidades.

Outro aspecto importante é que as imagens destas cidades revelam as permanências da casa de madeira apesar da sedução que a casa de alvenaria causa, além da permanência dos costumes locais na religiosidade, nos hábitos alimentares e na organização espacial que deixa transparecer o ritmo local, conduzido pela natureza, o ir e vir das marés, o forte calor do meio dia, o descanso como momento importante dessa população de hábitos ribeirinhos.



**Legenda:**

- Arruamento
- Áreas verdes
- Corpos d'água



**Figura 5: Croquis do arruamento e da localização das áreas verdes, nas cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão.**

**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir das imagens disponíveis no Google Earth (2018).

A cadeia produtiva do açaí, que atende uma demanda internacional, se apresenta como uma exceção às permanências que se adequam às necessidades de mercado. Segundo Lima (2017), a atividade mantém as relações de trabalho informais, de dependência com o produtor, e atende à demanda do mercado. A população, por sua vez, que exerce atividade de trabalho na produção e colheita, apresentou aumento em seu

padrão de consumo que possibilitou o aumento do comércio e consumo de eletrônicos na cidade (COSTA et al., 2017).

Nessa relação entre permanências e transformações, a paisagem, que apresenta uma arquitetura histórica, mesmo que pouco preservada, mas que se tornou uma marca cultural em algumas dessas cidades, possui deficiências na prestação de serviços essenciais à população. A coleta de esgoto, a distribuição de água tratada, a oferta de energia elétrica e coleta de lixo não são adequados, bem como a preservação do meio ambiente.

Os municípios relacionados a essas pequenas cidades possuem a população espalhada em uma extensa área municipal, o que lhes confere baixa densidade demográfica, com concentração da população na área urbana. Segundo o IBGE (2018), Afuá tem, em estimativa, uma população de 37.778 habitantes, em 2016, 29.700 de Ponta de Pedras e, em Mazagão, um total de 19.981. De acordo com o Censo de 2010, Afuá tem 27,05% de população urbana, enquanto Ponta de Pedras tem 47,79% e Mazagão 48,57 %.

Essas cidades apresentam uma população com baixo poder aquisitivo, uma média de dois salários mínimos, em torno de 4 a 6% dos trabalhadores em carteira assinada, com uma renda média de meio salário mínimo (tabela 1).

**Tabela 1: Perfil socioeconômico das cidades em estudo**

<b>Cidade</b>	<b>Média salarial em trabalhos formais</b>	<b>Pessoal Ocupado 2015</b>	<b>População Ocupada 2015</b>	<b>Percentual com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo 2010</b>
Afuá	2,1	2.315	6,20%	55,30%
Ponta de Pedras	1,7	1.509	5,20%	54%
Mazagão	2	869	4,40%	48,20%

**Fonte:** IBGE – Síntese das Cidades (2018)

Apesar do ensino fundamental universalizado, um grande desafio para estas populações locais é a ampliação do acesso ao ensino médio e universidade. Não é difícil encontrar, nestas pequenas cidades, polos universitários de instituições particulares e que oferecem cursos de pedagogia e licenciaturas, sem, contudo, essa ampliação se expressar em um Índice de Desenvolvimento Humano considerado muito baixo. Em Afuá, segundo o Ministério da Educação existe apenas um único polo universitário; em Ponta de Pedras, existem dois polos. Na cidade de Mazagão existe apenas um Campus da Universidade Federal do Amapá. Com IDH muito baixo, a má distribuição de renda, esgotamento sanitário que se reflete na saúde, bem como água com tratamento adequado são características dessas cidades que se revelam nos dados oficiais, as carências sociais (tabela 2 e 3).

**Tabela 2: Escolarização das Cidades em estudo**

<b>Cidade</b>	<b>Escolarização de 6 a 14 anos em 2010</b>	<b>Matriculas no ensino fundamental em 2015</b>
Afuá	88,40%	11.091
Ponta de Pedras	91,30%	5.317
Mazagão	92,9	4.278

**Fonte:** IBGE – Síntese das Cidades (2018)

**Tabela 3: Dados sociais das Cidades em estudo**

<b>Cidade</b>	<b>PIB per capita 2014</b>	<b>IDHM 2010</b>	<b>Mortalidade Infantil 2014 (por 1000 nascidos vivos)</b>	<b>Esgotamento sanitário 2010</b>
Afuá	7.953,74	0,489	12,41	3,20%
Ponta de Pedras	5.777,87	0,562	3,2	20,30%
Mazagão	10.857, 06	0,592	11,82	5,60%

**Fonte:** IBGE – Síntese das Cidades (2018)

Nesse contexto, as paisagens destas cidades escondem carências. Serviços públicos essenciais que apresentam deficiências e incompletudes. Essas situações, geradoras de impossibilidades de melhoria de vida para seus moradores, ocasionam a necessidade de intervenção pública por meio da instalação de obras que atendam à comunidade local. Observa-se a presença de placas de obras públicas nestas cidades, em uma demonstração do Poder Público local que algo está sendo realizado, para melhorar a condição de vida (figura 6).

Apesar de se localizarem na região e abundância de recursos hídricos, a maior bacia hidrográfica do mundo, que a caracterizam como cidades-rio, ribeirinhas por excelência, diante do importante papel deste elemento natural, seja para transporte, para prover alimento e contemplação, a qualidade da água para o consumo da população é questionável. Em trabalho de campo, ocorrido em janeiro e julho de 2017, base da realização deste artigo, observou-se por parte da população entrevistada advertências em relação ao consumo da água. As canalizações são precárias, estão expostas e não oferecem uma água com qualidade para consumo humano.



**Figura 6:** Mosaico Afuá: obra do PAC sobre abastecimento de água

**Fonte:** Laboratório de Estudos das Cidades, UNIVAP, 2017

Diante dessas e outras necessidades de infraestrutura, o que também ocorre em muitas cidades brasileiras, o Governo Federal estabelece sua presença nestas localidades por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, a fim de dotar o país com a infraestrutura necessária nas demandas de logística, de social e urbana e energética.

A imagem da figura 6 retrata uma placa de divulgação da obra do PAC na cidade de Afuá. A obra é sobre um serviço remanescente de 2012, relacionada ao abastecimento de água no bairro de Jacaúna, que teve início em novembro de 2015 e término previsto para agosto de 2018. Percebe-se, na imagem, que é um sistema precário de captação de água.

Melhorar o abastecimento de água é uma necessidade para a qualidade de vida da população, não apenas para os moradores das cidades ribeirinhas do estuário do Amazonas. Ponta de Pedras sempre apresentou um sistema bem precário de distribuição e tratamento de água (MONTÓIA, 2010). Mazagão, uma cidade com ocupação espalhada, isto é, ruas largas, extensas e casas mais distantes uma das outras, também apresenta precariedade no abastecimento de água. O quadro 1 abaixo apresenta obras do PAC, realizadas ou em andamento, nestas três cidades.

<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>			
	<b>AFUÁ</b>	<b>PONTA DE PEDRAS</b>	<b>MAZAGÃO</b>

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
<b>EXECUTOR:</b>	Estado	Município	Município
<b>UNIDADE FEDERATIVA:</b>	PA	PA	AP
<b>MUNICÍPIO (S):</b>	AFUÁ	PONTA DE PEDRAS	MAZAGÃO
<b>OBSERVAÇÃO :</b>	Inclui investimento 2007 a 2010.	-	Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC.
<b>INVESTIMENTO PREVISTO</b>	<b>R\$ 777.777,78</b>	<b>R\$ 1.037.390,89</b>	<b>NÃO DIVULGADO</b>
<b>ESTÁGIO:</b>	Em obras	Em obras	Ação Preparatória
<b>DATA DE REFERÊNCIA</b>	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017	30 de Junho de 2017
<b>Disponível em</b>	<a href="http://www.pac.gov.br/obra/19202">http://www.pac.gov.br/obra/19202</a>	<a href="http://www.pac.gov.br/obra/33469">http://www.pac.gov.br/obra/33469</a>	<a href="http://www.pac.gov.br/obra/86946">http://www.pac.gov.br/obra/86946</a>

**Quadro 1 – Obras do PAC sobre abastecimento de água**

**Fonte:** Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No sistema do Governo, relacionado ao PAC, observa-se que em Afuá e Ponta de Pedras, no Pará, as obras aparecem como “em obras”, ou seja, ainda estão ocorrendo. Mazagão, no Amapá está na fase de “ação preparatória”, o que pode significar que o empreendimento contratado está em fase de preparação para iniciar a contratação.

Segundo relatórios da Agência Nacional das Águas (ANA), a Região Norte do país é que mais apresenta deficiência quando ao saneamento básico, coleta de esgoto e abastecimento de água (ANA, 2010; 2014). Enquanto a Região Norte apresenta uma média de 76,4% de abastecimento de água, a do País é de 93, 2%, fato ainda questionável quanto à qualidade do sistema de abastecimento é considerada, pois as obras do PAC não são suficientes para tal.

Material utilizado nessas obras mostram-se de baixa qualidade, como canalização precária, locais de captação enferrujados, água sem tratamento para consumo e abastecimento intermitente são realidades constantes nestas cidades. Estes sistemas são invisíveis no dia a dia, um “invisível material”, isto é, canalizações não são objetos de percepção imediata, mas completam a paisagem presente destas cidades e apresentam um quadro de precariedade.

Segundo a ANA (2017), somente cinco sedes urbanas apresentam um sistema de abastecimento de água satisfatório no estado do Amapá, do qual Mazagão não faz parte. Sua classificação se encontra “em necessidade de adequação do sistema existente”, o que inclui, segundo relatório, um investimento de aproximadamente 111 milhões para o conjunto de sedes urbanas nesta mesma situação (o que corresponde a 4). No estado do Pará, Afuá encontra-se como “necessidade de adequação do sistema existente”, formando um conjunto de 24 cidades, o que necessitaria de um investimento de, aproximadamente, 152 milhões. Ponta de Pedras encontra-se na classificação de “satisfatório” (ANA, 2010).

Algo importante a notar é a forma como a realidade topográfica e a realidade dos locais de captação, os rios, é representada pelo consórcio responsável pelo abastecimento de água, a COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará. Uma região com baixa altitude e com a abundância de águas ao seu redor, que não é considerado na representação gráfica das captações no sítio da Empresa.

Dentre esta e outras percepções da região da Amazônia, Oliveira (2016) afirma que existe sempre uma confusão na região pela visão do domínio da natureza, que separa as pessoas do seu espaço. Atualmente, isso foi substituído pelo discurso ambiental que tem novos parâmetros sobre a natureza como mercadoria, isto é, mais uma vez o elemento humano excluído da realidade e, como consequência, menos atendimentos integrados de infraestrutura e, quando realizados, nunca ocorre de forma plena. É necessário compreender a produção social das cidades amazônicas.

Essa visão ainda permite a manutenção de uma sociedade que não avança socialmente e materialmente, muito parecida à realidade que Wagley encontrou quando estudou Gurupá, na década de 1950:

As camadas mais altas dessas comunidades rurais brasileiras têm, como a aristocracia, o “complexo de nobreza” adquiridos dos antigos senhores de terra. Os burocratas, as famílias de comerciantes e outros membros das classes mais altas das comunidades rurais em geral não desejam a transformação social (WAGLEY, 1957, p. 368).

Agentes locais, relações fragmentadas entre os diferentes entes federativos, uma visão sobre a região com o predomínio da natureza e que visa atender apenas o discurso da sustentabilidade promove muito mais a permanência das precariedades, no lugar de perceber estas cidades como “portadoras de possibilidades” (OLIVEIRA, 2016, p. 207), pois não solucionam as desigualdades existentes, sejam material ou imaterial.

Lima *et al.* (2012) apresentaram o quadro de saúde na cidade de Ponta de Pedras. Em pesquisa constatou-se que 88% dos domicílios urbanos possuíam água encanada, mas com um serviço deficiente, como se pode perceber na imagem um cano de plástico suspenso e frágil (figura 7).



**Figura 7:** Precariedades em serviços básicos em Ponta de Pedras, PA.

Fonte: Lima et al, 2012

A água consumida pela maior parte da população de Ponta de Pedras é originada de poços artesanais, sem manutenção, ou com deficiência nessa manutenção. Muitos utilizam, frequentemente, água do rio, próximo às suas casas de palafitas. Estas águas são comprometidas com o despejo de esgoto doméstico, o que leva a um risco sério de contaminação (LIMA et al, 2012, p. 63).

Segundo o portal do Programa de Aceleração do Crescimento, a cidade de Afuá, estado do Pará, tem quatro obras de ampliação e/ou construção de unidades básicas de saúde, sendo todas concluídas, com data de referência de 30 de junho de 2017. Ponta de Pedras tem três obras do programa também em estágio concluído na mesma data de referência, que são duas unidades básicas de saúde e uma quadra poliesportiva. Mazagão apresentou onze obras, quatro delas concluídas, duas em ação preparatória, uma em execução e quatro no estágio “em obras”. Encontram-se nestes projetos do programa do Governo Federal a construção de creches e pré-escolas, quadra poliesportiva, programa de cidade digital, ampliação e/ou construção de unidades básicas de saúde.

Com essas obras presentes na paisagem destas cidades, pode-se indagar: a presença do poder público é realmente constante e consolidada, percebida em resultados satisfatórios para a população local que é a mais importante produtora do espaço vivido?

A presença destas obras demarca atores políticos que circundam uma realidade com ações setoriais e pouco transformadoras, pois ignora o território. Leitão, em sua tese de doutorado, afirma que estas obras corroboram a tradição do Estado brasileiro:

(...) via projetos sem plano, recheados de discursos deslocados da prática a que efetivamente se propõem, e das motivações em que de fato se baseiam. Esses mecanismos conformam a tradição da ação estatal no país no campo do desenvolvimento territorial e corroboram a tendência à

reprodução de desigualdades regionais e sociais, e em última instância, à fragmentação do espaço nacional via investimentos de caráter espacialmente seletivo (LEITÃO, 2009, p. 229, 230).

Milton Santos (1999) afirmou que essa contradição existe pois quando se busca crescimento econômico ou até mesmo desenvolvimento econômico com a imposição da racionalidade das finanças como câmbio, juros, taxa de inflação, déficits e superávits, que ignora outros setores da vida social e ignora o território, considerado uma tábula rasa, e não visto como indissociavelmente integrado à sociedade, às empresas, instituições, o resultado é uma “sociedade fragmentada e uma Federação ingovernável”, uma vez que ele é o revelador de situações conjunturais e estruturais.

### **Considerações Finais**

O estudo lógico das cidades, ao mesmo tempo em seu desenvolvimento histórico e no aspecto moral de seus edifícios públicos e privados, permite julgá-los como se julgaria indivíduos: constatamos qual é a dominante de seu caráter e até que ponto, na complexidade de suas influências, elas foram úteis ou funestas ao progresso das populações que se encontraram em seu raio de atividade (RECLUS, 2015, p. 57)

A análise a partir do quadro estabelecido destas pequenas cidades da Amazônia permite-nos, segundo Reclus (2015, p. 57), analisar as políticas territoriais sobre sua realidade urbana e “julgá-las” se foram “úteis ou funestas” ao seu progresso, que na compreensão deste artigo trata-se da melhoria da qualidade de vida local com respeito às suas singularidades.

Assim, esta gama de relações permite uma reflexão: a necessidade de pensar estas cidades a partir de seu quadro local, pois, apesar de marcos institucionais serem importantes para a federação, estes podem se tornar “funestos” ante à peculiaridade física e social das pequenas cidades. Tornam-se peças que não se encaixam neste quebra-cabeça e resultam em obras inacabadas, recursos públicos desperdiçados e vidas desrespeitadas. São marcos e institucionalidades pensadas como generalidades para o urbano metropolitano do Brasil.

Assim, a realidade funcional e estrutural nestas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia brasileira, sempre serão descritas como espaços caóticos, desestruturados, empobrecidos e carentes estruturalmente, pois, atribui-se as cidades modernas de hoje, a estética, a funcionalidade, mas, para essas pequenas cidades, os seus pequenos entraves urbanos significam muito para a sua população, como o local da esperança, da busca por trabalho e, por consequência, melhores condições de vida.

Nessa macrorregião marcada pelo verde da floresta e pela rica tradição de sua população ribeirinha, vislumbrou-se a existência e o importante papel socioeconômico desempenhado pelas pequenas cidades que

margeiam os inúmeros rios da região. Por meio das pesquisas e estudos desenvolvidos em campo nessas pequenas cidades foi possível compreender que estes pequenos núcleos urbanos crescem e consolidam-se como o lócus principal, no que tange a busca por melhores oportunidades, que podem ser possibilitados por políticas públicas que não neguem esta realidade.

Como afirma Oliveira (2006), sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia, é importante atentar-se às expressões e transformações de suas faces e fases, do universo de suas relações sociais e das suas riquezas imensuráveis explícitas e implícitas em seus domínios espaciais, pois, mesmo que pequenas e simples, guardam consigo inúmeras relações socioespaciais construídas cotidianamente e que exige sem medo, a construção analítica de seus quadros, para que “eles nos deixem ver – não aquilo que já sabemos, mas aquilo que justamente nos é revelado pela análise das formas e das composições que se delineiam pelas infinitas escolhas que podemos proceder (GOMES, 2017, p. 57).

## REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras – Edição Especial. -- Brasília: ANA, 2015.

\_\_\_\_\_. Atlas Brasil: abastecimento urbano de água : resultados por estado / Agência Nacional de Águas; Engecorps/Cobrape. — Brasília: ANA: Engecorps/ Cobrape, 2010.

COSTA, S. M.F; MONTOIA, G.R; LIMA; V.M; RANGEL, J.A; ISSA; P. Pequenas Cidades Do Estuário Do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbano E As Novas Velhas Urbanidades Da Pequena Cidade De Ponta De Pedras. Redes - Rev. Des. Regional, Santa Cruz Do Sul, V. 17, N. 2, P. 56 - 74, Maio/Ago, 2012.

COSTA, S; RANGEL, J; MONTOIA, G; VALOTA, Ed Carlos. A relação entre a economia do açaí e crescimento urbano em uma pequena cidade do estuário do rio Amazonas: uma reflexão. Revista Geográfica Venezolana. Volume 58 (1) 2017 enero – junho.

ESTADO DO PARÁ. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará – Tricentenário da Fundação da cidade de Belém (1616 – 1916). Belém: Instituto Lauro Sodré, 1916.

GOMES, Paulo César da Costa. Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em 10.fev.2018

LEITÃO, K. O. A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo a partir do PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

LIMA, V. M. et al. O Desafio Da Saúde Pública Em Pequenas Cidades Da Amazônia: Um Estudo De Ponta De Pedras, Ilha Do Marajó – Pará. Revista Univap, São José dos Campos-SP, v. 18, n. 31, jun.2012.

LIMA, Viviana Mendes. Globalização e saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade – Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, Pará. Tese de Doutorado. Programa de Saúde Global. Faculdade da Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 2017.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: Cidades na Floresta. In: CASTRO, Edna (Org.). Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de Cienc. A Cultura, A Cidades e os Rios na Amazônia. Cult. vol.58 no.3 São Paulo July/Sept. 2006

\_\_\_\_\_. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e espaços de ações e reações. In: SPÓSITO, Eliseu S. ... [et al]. A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões de análise e da ação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

Programa De Aceleração Do Crescimento (PAC). Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/por-acoess/abastecimentodeagua>. Acesso em: 15 de maio 2018.

RABELO, B. V. et al. Mazagão: realidades que devem ser conhecidas. Macapá: IEPA, 2005. 120 p.

RECLUS, Élisée. Repartição dos Homens. In: O Homem e a Terra: textos escolhidos / Élisée Reclus; seleção e tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2015.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6 ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

\_\_\_\_\_. “O chão contra o cifrão”. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev.1999. Caderno Mais, p.5.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. - (Coleção Milton Santos; 1)

\_\_\_\_\_. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. Trad. Sandra Lencioni. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras – PA. Dissertação. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Disponível em <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em 10.fev.2018

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Urbanização contemporânea no Brasil e meio ambiente: compactação e dispersão como tendências de configuração territorial das cidades e como expressão de novas possibilidades de arranjo e de interação sociedade-natureza. V Encontro Nacional da Anppas, 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis - SC – Brasil.

SILVA, Raullyan Borja Lima. Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do Carvão, Mazagão – AP, Brasil / Raullyan Borja Lima e Silva; Orientadora, Ana Paula Vidal Bastos. – 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Paisagem. In: Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial. 2013. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/352/uma-comunidade-amazonica-o-estudo-do-homem-nos-tropicicos>. Acesso entre nov. dez. 2017